

# A emergência do setor empresarial como membro legítimo do movimento ambiental

## The emergence of business sector as legitimate member of the environmental movement

João Gabriel de Paula Naves<sup>1(\*)</sup>  
Maria Beatriz Junqueira Bernardes<sup>2</sup>

### Resumo

Nas propagandas de televisão, começamos a ver a preocupação do *marketing* na aproximação da questão ambiental com a divulgação do produto e marca de grandes corporações. Esse fato marca a emergência do setor empresarial como membro do movimento ambiental. Para tanto, este trabalho tem como intuito investigar a historicidade desse fenômeno, assim como apontar quais já são seus desdobramentos, suas possibilidades e contribuição na busca do desenvolvimento sustentável no Brasil e no mundo. A aparição da preocupação ambiental por parte do setor empresarial é relativamente nova, tendo em vista a história do próprio movimento ambiental. Tendo como ponto de partida as atividades industriais e seus impactos na qualidade ambiental, é interessante observarmos quais são as ações propostas pela classe empresarial dentro do movimento ambiental, quais são suas ambições e, sobretudo, qual é seu verdadeiro papel na busca por ambientes saudáveis. O caminho metodológico escolhido para trabalhar tal abordagem se baseia no levantamento bibliográfico, como também na interpretação de pesquisa de campo feita por Samyra Crespo em 2008 nas vésperas da Conferência Rio-92 para elucidar as diferenças de impacto do movimento ambiental empresarial em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil.

**Palavras-chave:** movimento ambiental; setor empresarial; desenvolvimento sustentável; Brasil.

---

1 Geógrafo; Especialização MBA em Gestão Ambiental na Faculdade Pitágoras, UNIMINAS; Endereço: Avenida dos Vinhedos, 1200, Morada da Colina, CEP: 38411-159, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; E-mail: jgnaves@gmail.com (\*) Autor para correspondência.

2 Dra.; Professora Adjunta do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, UFU; Endereço: Avenida João Naves de Ávila, 2121, Bairro Santa Mônica, CEP: 38400-902, Uberlândia, Minas Gerais, E-mail: mariabeatrizjunqueira@gmail.com

## Abstract

In television advertisements we began to see the concern of the marketing approach of environmental issues through the release of the product and brand of large corporations. This fact marks the emergence of business sector as a member of the environmental movement. Therefore, this paper has the intention to investigate the historicity of this phenomenon, as well as pointing out which are already their outspread, their possibilities and contributions in the pursuit of sustainable development in Brazil and in the world. The emergence of environmental concern by the business sector is relatively new in view of the history of the environmental movement itself. Taking as starting point the industrial activities and their impacts on environmental quality, is interesting to observe what the actions are proposed by the business class within the environmental movement, what their ambitions are and, especially, which are their true role in the quest for healthy environments. The methodological approach chosen for this work is based on bibliographic search, but also in the interpretation of field research made by Samyra Crespo in 2008 on the eve of the Conference Rio-92 to elucidate the differences in impact of the environmental movement by business sector in developed and developing countries, such as Brazil.

**Key words:** environmental movement; business sector; sustainable development; Brazil.

## Introdução

Com frequência, assistimos, pela mídia televisiva, documentários, notícias ou entrevistas que trazem, no seio de suas discussões, a questão ambiental. Os programas de TV geralmente procuram ressaltar a importância da preservação da natureza e, muitas vezes, mostram práticas ecológicas que contribuem para melhorias na qualidade de vida da população.

É bem verdade que a ênfase dada pela televisão aos temas ambientais decorre da incidência de grandes tempestades, deslizamentos de terra com vítimas, furacões ou tsunamis e que as causas desses acontecimentos têm sido sempre debitadas considerando-se o estado de degradação em que se encontra a natureza. Mas, embora o vilão ainda seja a voracidade dos fenômenos ambientais, que aparecem de uma hora para outra, sem dar

aviso prévio, o fardo de ser um dos principais responsáveis pela ocorrência de tais desastres vem sendo colocado nas 'costas' dos homens.

O fato de se creditar ao ser humano uma parcela significativa de culpa nesses drásticos acontecimentos da natureza advém da ideia de que é a partir do desenvolvimento das tecnologias e seus desdobramentos socioespaciais que as catástrofes e desastres ambientais vêm ocorrendo de forma exponencial. Ou seja, as questões ambientais são hoje associadas ao desenvolvimento da civilização, às crises sociais, econômicas e políticas que as acompanham, de tal modo, que a degradação do meio ambiente deixa de ser apenas um problema relativo à natureza e ganha a dimensão de um problema socioambiental. Leff (2007, p.61) explica isso muito bem. Para o autor, há uma clara relação entre o desenvolvimento da civilização e os problemas ambientais.

A problemática ambiental – a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos – surgiu nas últimas décadas do século XX como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominante. (LEFF, 2007, p.61).

Segundo o autor, a problemática ambiental acarretou mudanças globais que comprometem a manutenção de diversos sistemas socioambientais, prejudicando a sustentabilidade do planeta. Mas, ele considera que tal situação está intimamente vinculada ao modo como se compreende e se estabelece uma relação entre as ações ou o modo de existir humano e a natureza. Leff (2007) ainda ressalta a necessidade de se buscarem novos valores e conhecimentos que visem ao estabelecimento de processos de gestão dos recursos naturais que suplantem o modo capitalista de racionalidade produtiva.

Estes processos estão intimamente vinculados ao conhecimento das relações sociedade-natureza: não só associados a novos valores, mas a princípios epistemológicos e estratégias conceituais que orientam a construção de uma racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade ecológica e de equidade social. Desta forma, a crise ambiental problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permita realizar uma análise integrada da realidade. (LEFF, 2007, p.67).

Na base dessa explicação o autor questiona, portanto, o atual paradigma capitalista e apresenta sua crença de que a crise ambiental surge como possibilidade ideológica para orientar novos processos

sociais e modificar os já existentes a fim de enquadrá-los às necessidades ambientais.

Por estarmos vivendo um momento em que o saber está vinculado ao modo capitalista de produção do espaço, parece evidente a dificuldade de se trilharem outros caminhos epistemológicos na construção de uma racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade ecológica e equidade social, assim como propõe o autor citado.

Porto-Gonçalves (2011, p.17) também corrobora a tese de Leff, ao afirmar que, para superar as deficiências do atual paradigma, tendo como meta as necessidades socioambientais, há de se buscarem outras racionalidades. O modelo tecnocrata, a racionalidade econômica e a razão objetiva, deveriam, segundo o autor, ser repensadas. Porém, ele se mantém cético e receoso quanto às reais possibilidades de mudança, ao expor que

O desafio ambiental vai ser apropriado de um modo muito específico pelos protagonistas que vem comandando o atual período neoliberal de uma perspectiva essencialmente econômico-financeira. (PORTO-GONÇALVES, 2011, p.17).

Conforme esse autor, a problemática ambiental surge, portanto, no momento em que é notória a capacidade da doutrina neoliberal de se confirmar e, assim, continuar os processos de subjugação da natureza que a possível emergência de um novo paradigma, que respeite a complexidade não só da natureza, mas também dos diferentes processos sociais.

Entretanto, a preocupação ambiental por parte do setor industrial dá início a um momento impar na relação do homem com o espaço, que se configura de maneira muito complexa e peculiar: é necessário dar

continuidade à degradação do meio ambiente para suprir as necessidades do mundo moderno, ao mesmo tempo em que se tem que preservar estes recursos.

O chamado Desenvolvimento Sustentável<sup>3</sup> entra em cena com status de resolver o problema ambiental provocado há anos pelo exótico sistema capitalista. Sendo assim, será realmente que as mudanças ambientalmente corretas acarretadas pela emergência deste novo tipo de desenvolvimento econômico são capazes de sustentar todos os anseios da população mundial? Quais seriam essas novas práticas ambientais exercidas pelas indústrias? O que levou o empresariado a se preocupar com a problemática ambiental? Como se dá a evolução dessas práticas dentro de um sistema econômico já consolidado como é o sistema capitalista?

São essas perguntas as responsáveis pela elaboração desta pesquisa que tem como intuito evidenciar a entrada da problemática ambiental no setor empresarial, quais foram seus rearranjos estruturais, quais são suas motivações, qual seu papel na construção de ambientes mais saudáveis, assim como discutir os resultados dessa investigação. Portanto, a importância deste trabalho emerge dos questionamentos provenientes da insurgência do setor empresarial dentro do movimento ambientalista brasileiro e mundial.

---

3 “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. Relatório de Brundland, 1987.

## Método de Pesquisa

Levando em consideração o objetivo central deste artigo, é feito um levantamento bibliográfico sobre o surgimento da questão ambiental dentro do setor empresarial, levando em consideração sua concepção como fenômeno histórico e fruto da relação indissociável homem-espaco, na busca de englobar a discussão da emergência do setor empresarial dentro do movimento ambiental, assim como aquecer e dar contribuições para o debate dos desdobramentos deste fenômeno inédito na história da industrialização.

Com intuito de evidenciar, também, diferenças decorrentes deste processo frente ao mundo globalizado, tal qual o temos hoje, é realizada uma comparação entre o desenvolvimento sustentável em países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos, por meio de uma pesquisa social feita às vésperas da Rio-92, pela pesquisadora Samyra Crespo e publicada em 2008.

Esse estudo se torna importante devido à oportunidade de elucidar algumas questões advindas da crise ambiental, como por exemplo, se o ambientalismo empresarial surgiu para somar forças com as demais bandeiras ecológicas, ou não, e também, pela necessidade de trabalhar a questão de uma maneira crítica e, acima de tudo, contextualizar o que é discutido na literatura.

É importante salientar que a crise ambiental coloca em cheque a racionalidade econômica atual e, sendo assim, sua superação pode representar uma mudança de paradigmas, conforme nos faz pensar Porto-Gonçalves (2011, p.24)

O desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-coloquial. Afinal, a ideia de progresso – e sua versão mais atual, desenvolvimento – é

rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza! Portanto, aquilo que o ambientalismo apresentará como desafio é, exatamente, o que o projeto civilizatório, nas suas diferentes visões hegemônicas, acredita ser a solução: a idéia de dominação da natureza. O Ambientalismo coloca-nos diante da questão de que há limites para a dominação da natureza. Assim, além de um desafio técnico, estamos diante de um desafio político e, mesmo, civilizatórios.

Assim, conforme postula o autor, o Ambientalismo esculpe o conceito de desenvolvimento do mundo moderno-colonial e solução para a superação dos problemas mundiais, com uma nova conotação, mais crítica e totalmente responsável pela crise ambiental do planeta. Entretanto, este momento é um marco, em que fica evidente o verdadeiro desafio do projeto civilizatório do momento: encontrar alternativas para amenizar ou acabar com a dominação desenfreada da natureza.

### **Fundamentação Teórica**

O fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria (1945) foi um marco histórico para a Epistemologia Ambiental, pois, com a dicotomia ideológica que impulsionava tais conflitos, o Capitalismo buscou se firmar como melhor projeto econômico ao tentar aumentar os limites da produção e do consumo. A globalização do mundo, a partir da ampliação dos mercados consumidores com a disseminação da cultura de massa, passa a ser a principal meta política dos países capitalistas.

Para tanto, grandes indústrias migram para os chamados países subdesenvolvidos a fim de constituírem, ali, uma nova relação do indivíduo com a mercadoria. Os ganhos

econômicos e sociais provenientes de tal empreitada do capital são incontestáveis para países que historicamente foram subjugados: novas tecnologias foram facilmente incorporadas pela sociedade e, logo, se tornaram símbolo de status social. O clamor pela industrialização aos moldes capitalista ecoava pelos quatro cantos do mundo, encontrando resistência apenas nas paredes de concreto impostas pelo Socialismo.

Por ter, como um de suas principais estratégias, a inserção dos benefícios do consumo nos anseios sociais, a proposta capitalista demandou várias inovações tecnológicas para manter sua ideologia à frente dos ideais igualitários propostos pelo Socialismo. Sendo assim, coube às ciências corroborarem para o sucesso da missão dos países de primeiro mundo.

Este período foi responsável por grandes descobertas nas diversas áreas do conhecimento, dando pressupostos epistêmicos e técnicos para o surgimento de uma Revolução Ambiental.

Leff (2007, p. 24), em seu livro sobre a epistemologia ambiental, ensina que:

Estas condições econômicas e ideológicas sobre o progresso das ciências e das técnicas não bastam para entender a emergência dos corpos teóricos mais importantes da ciência moderna, que conhecemos sob os nomes de Newton, Darwin, Ricardo, Marx, Freud ou Einstein. A produção dos conceitos destas teorias não provém da aplicação progressiva de um “método científico” nem da necessidade de fracionar o conhecimento em coisas para elevar a eficácia técnica de sua transformação como objeto de trabalho; não é resultado de uma simples apreensão empírica e pragmática do mundo externo nem das formalizações dos dados da realidade. A emergência destas ciências é resultado de um longo

esforço de produção teórica a partir do saber herdado, para apreender a política no campo do conhecimento para apreender a materialidade do real; é, sobretudo o produto de uma luta teórica e política no campo do conhecimento para vencer os efeitos do encobrimento ideológico no qual são gerados os saberes úteis para a exploração do trabalho e para o exercício do poder das classes dominantes. (LEFF, 2007, p. 24).

Portanto, a necessidade de se dominarem e apreenderem as diferentes feições do real abre a oportunidade para o surgimento de novas metodologias e linha de pensamentos. Dentre elas, podemos destacar a Teoria Geral dos Sistemas do biólogo austríaco chamado Ludwing Von Bertalanffy que, em 1950, acreditava na integração dos saberes das ciências naturais e sociais para a compreensão da funcionalidade dinâmica dos sistemas (MONTIBELLER- FILHO, 2008).

Estes novos pressupostos epistemológicos deram uma nova roupagem à abordagem teórica das ciências naturais. O conceito de natureza passa a incorporar a figura do homem e se torna um importante objeto de estudo científico.

Por isso, em meados dos anos de 1950, vários cientistas voltaram seus estudos para as especificidades da natureza, levando em consideração a variável social. Os resultados da maioria das pesquisas chegaram à conclusão de que a exploração da natureza, exercida para sustentar o desenvolvimento humano estava degradando a mesma e, de forma exponencial, os processos naturais não conseguiram reverter os déficits desta exploração (MONTIBELLER- FILHO, 2008).

Entretanto, devido aos benefícios sociais, econômicos e, sobretudo, políticos, propiciados pela extração e transformação de matérias-primas em mercadorias, a exploração do meio ambiente continuou ao longo dos anos.

Segundo Leis (1995, p.55), foi somente na década de 1960 que surgiram os primeiros movimentos ambientais:

Estes grupos defendiam a perspectiva ambiental preocupados com o grau de deterioração do meio ambiente e seus ideais foram difundidos pelo mundo e nos anos 70 chegaram a países como o Canadá, Japão, Nova Zelândia e países da Europa ocidental e culmina na década de 80 quando essa preocupação atinge a América Latina, Europa Oriental e União Soviética e o Sul e Leste da Ásia. (LEIS, 1995, p.55).

Em relação à cronologia das preocupações ambientais, pelos diversos setores da sociedade civil Leis (1995, p.56) nos mostra que:

Os anos 50 são vistos como os do ambientalismo dos cientistas, pois é pela via da ciência que emerge a preocupação ecológica em âmbito mundial. A década de 60 é a vez das organizações não-governamentais: diversos grupos e organizações aparecem de forma exponencial neste período. A década seguinte, anos 70, é a da institucionalização do ambientalismo. Foi marcada pela Conferência de Estocolmo-72 sobre meio ambiente, a qual evidenciou a preocupação do sistema político - governos e partidos- e da própria Igreja Católica, com a questão. Os anos 80 são marcados pela Comissão de Brundtland e pela proeminência dos partidos verdes que haviam surgido na década anterior. A

Comissão iniciou seus trabalhos em 1983 e, quatro anos depois, publicou seu famoso Relatório, no qual sintetiza o conceito de desenvolvimento sustentável. A entrada do setor empresarial, tendo em vista aproveitar-se de um emergente mercado verde – que valoriza ou impõe ao produtor o cuidado ambiental – caracteriza os anos 90. (LEIS, 1995, p.56).

### **A Emergência do Setor Empresarial no Movimento Ambiental: A Gestão Ambiental**

Portanto, a partir de 1990, que o setor empresarial passa a enxergar a problemática ambiental por meio de uma perspectiva dialética, levando em consideração as necessidades e limitações dos sistemas ambientais por meio da exploração e descaso com o meio ambiente. A pressão populacional e, por conseguinte as pressões governamentais foram culminantes para a entrada da perspectiva ambiental no atual sistema produtivo.

Durante este período, compreendido desde a primeira preocupação com a situação ambiental até os dias de hoje, houve muitas reuniões internacionais com o intuito de firmar parâmetros mundiais para a preservação e conservação do meio ambiente e recursos naturais. Segundo Ribeiro (1991), as primeiras tentativas de estabelecer tratados que regulassem a ação humana sobre o meio ambiente remonta a 1900. Entretanto foi somente na conferência RIO-92 que a questão da degradação do meio ambiente e sua preservação e conservação ganharam espaço nas discussões de tratados internacionais.

Diante deste quadro, fica evidente o conflito entre desenvolvimento e meio

ambiente; surge uma dentre várias estratégias propostas durante as conferências e encontros mundiais sobre o tema: o Desenvolvimento Sustentável (DS), que se firmou como projeto econômico capaz de encontrar alternativas entre a produção e as preocupações em relação à quantidade e qualidade dos recursos naturais.

O Desenvolvimento Sustentável realizou a façanha de reunir sob si visões antagônicas, quando incorporou aos anseios dos que creem na infinita capacidade inventiva da ciência e da técnica, o fato de que têm tudo a perder: se houver “um ponto sem retorno” na utilização dos recursos naturais, é a vida na Terra que se extinguirá. Sendo que os recursos naturais serão suficientes para satisfazer as necessidades humanas em longo prazo, desde que bem utilizados e gerenciados (NOBRE; AMAZONAS, 2002).

Assim sendo, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi bem aceito pelos ambientalistas, mas foi o setor empresarial que abraçou a proposta por ser o agente mais capacitado de implementar tal proposta. Layrargues (1998, p.23) relata que

A visão empresarial da relação entre desenvolvimento e meio ambiente deposita total confiança no modelo de desenvolvimento sustentável. Em âmbito internacional, criam-se comunidades empresariais com o único propósito de divulgar as premissas do desenvolvimento sustentável, fato enfaticamente sugerido pela Comissão de Brundtland e pelo Banco Mundial, como é o exemplo da Câmara de Comércio Internacional, do *Business Council for Sustainable Development*, da *Global Environmental Management Initiative*, entre outras agremiações empresariais. (LAYRARGUES, 1998, p.23).

Neste cenário, gestão industrial bem sucedida pressupõe, dentre outras, a habilidade, de simultaneamente, ampliar a atividade econômica, reduzir os impactos ambientais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida humana (BARATA, 2003), ou seja: a incorporação da problemática ambiental como parte importante da gestão empresarial.

A importância dessa variável ambiental dentro do processo industrial pode ser percebida pela criação do Índice Dow Jones de Sustentabilidade, em 1999, que define a sustentabilidade de acordo com os critérios econômicos, sociais e ambientais, incorporados à gestão empresarial.

Em decorrência disto, o setor empresarial situa-se em um momento privilegiado, podendo rever seus conceitos de exploração e dominação da natureza, tornando-se responsável por desencadear uma mudança de paradigma por meio do Desenvolvimento Sustentável.

Layrargues (1998) afirma que, com a evolução da epistemologia ambiental, uma parcela do setor empresarial assumiu positivamente a variável ambiental.

Já Maimon (1992, p.49) sugere que:

Na década de 1980, em função do aumento da consciência ecológica, a atitude das empresas dos países desenvolvidos deixou de ser defensiva. A preocupação ambiental passou, gradativamente, a ser encarada como necessidade de sobrevivência, constituindo um mercado promissor – um novo produto/serviço a ser vendido – diferenciando a política de marketing e de competitividade. (MAIMON, 1992, p.49).

De acordo com o cenário competitivo imposto pelo atual sistema econômico, ser ecológico passa a estar em sintonia com os

anseios da sociedade, fato comprovado pela crescente aceitação dos produtos verdes pelo mercado consumidor.

Muitos autores tratam essa parcela de empresários que tem preocupações ambientais como membros legítimos do movimento ecológico, pois este seletivo grupo de empresários declara que estamos vivenciando um período de profundas mudanças, dentro de um processo, cujo ápice será o estabelecimento de uma nova ordem econômica, em que o desenvolvimento sustentável terá papel fundamental na transformação do sistema produtivo e econômico em prol do meio ambiente.

Entretanto, a emergência do setor industrial no paradigma ambiental deve-se também a outros fatores, como por exemplo, novas políticas públicas e a tomada de consciência do mercado consumidor, ambos também preocupados com a problemática ambiental.

A tomada de consciência do mercado consumidor é de suma importância para a entrada do setor industrial no movimento ambiental, pois é a partir da necessidade, ilustrada pela exigência dos consumidores para a preservação de se preservar o meio ambiente, que as indústrias voltarão suas ações internas, políticas e de *marketing* à questão ambiental.

O intuito deste trabalho é o de elucidar o leitor a respeito de como a questão ambiental, amparada pela crescente tomada de consciência de todos os setores da sociedade, começa a transformar e/ou rearranjar o sistema produtivo industrial brasileiro.

Para isso, torna-se fundamental comparar a problemática ambiental brasileira atual com o ambientalismo industrial forjado nos países desenvolvidos pela própria

historicidade da industrialização brasileira e sua grande flexibilidade com as tendências internacionais.

Sendo assim, Layrargues (1998), tomando com ponto de partida os estudos de Prado, Backer e Stevens sobre o ambientalismo nos países desenvolvidos, mostra que, devido à legislação ambiental nestes países assegurarem uma base mais restritiva de atuação industrial, o resultado foi traduzido em benefícios econômicos e sociais.

De fato, uma estrutura regulatória eficiente promove mudanças ideológicas e estruturais no sistema produtivo industrial e, na medida em que penaliza atividades poluentes, estimula negócios mais sustentáveis e remove barreiras aos investimentos na produção limpa.

Além disso, um arcabouço constitucional sólido gera um ambiente de confiança e previsibilidade para os agentes econômicos (investidores, empresas, bancos, bolsas de valores, seguradoras e também trabalhadoras e consumidores). Sem tal segurança, é provável que esses agentes busquem, prioritariamente, soluções de menor risco e de resultados em curto prazo, que tendam simplesmente reproduzir a situação atual, inviabilizando as iniciativas inovadoras na perspectiva ambiental, geralmente mais arriscadas e com prazos de retorno mais longos.

O panorama brasileiro é marcado por um paradoxo: o país dispõe de um dos arcabouços legais sobre meio ambiente mais avançado do mundo, porém, apresenta baixo grau de implementação e de sanções a seus descumprimentos. É o caso das multas aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Renováveis – IBAMA, com base na lei de Crime Ambientais, de 1998. Menos de 10% do

valor das multas aplicadas é arrecadado. Essa situação levanta dúvidas quanto à efetividade de novas legislações capazes de promover mudanças ideológicas e estruturais no sistema produtivo industrial.

Ao fomentarem inovações tecnológicas em sintonia com o imperativo ambiental, as restrições impostas pela legislação, ao invés de reduzirem a competitividade industrial, passaram a ajudá-la.

Algumas empresas conseguiram agregar valor ao produto final vendendo produtos verdes com auxílio do *marketing* ecológico, além de obterem ganhos econômicos em produtividade e matriz energética com a troca do maquinário já obsoleto e menos econômico.

Entretanto, o produto final verde chega aos consumidores mais caro, sendo consumido por pessoas com maior poder aquisitivo. Nos países subdesenvolvidos, como é o caso brasileiro, a diferença de preço dos produtos verdes para os tradicionais é grande, forçando a maioria dos consumidores a optarem pela comodidade de preços propiciados pelos produtos tradicionais.

Tal fato evidencia a ausência cultural pela preferência de produtos verdes, o que acarreta um posicionamento diferenciado entre indústrias internacionais e nacionais. Quando a primeira prioriza incorporar práticas ambientais no seu sistema produtivo, seguindo as normas de qualidade técnica impostas pela ISO 14.000, a segunda prefere manter-se alheia a essas preocupações, garantindo sua lucratividade nos produtos baratos, vendidos à população com baixo poder aquisitivo.

Um estudo realizado pela doutora em história social da Universidade de São Paulo (USP), Samyra Crespo, nas vésperas da Rio-92 intitulado de “O que o

brasileiro pensa de ecologia”, revelou que as preocupações da população com as questões do meio ambiente estão diretamente ligadas ao grau de escolaridade, idade e localização geográfica.

Segundo a mesma autora, o perfil do ambientalista ou simpatizante do movimento é o seguinte: “ele é homem ou mulher, tem entre 22 e 45 anos, possui alta escolaridade (superior incompleto ou completo), mora em centros urbanos e vê televisão, seu principal meio de informação sobre o assunto. Aliás, este é um dado a ser considerado com atenção: 90% da população brasileira se informa sobre meio ambiente (e ousaria dizer que em quase tudo) por meio da televisão.”(CRESPO, 2008) descreve o perfil do menos sensível à questão: “ele tem mais chance de ser mulher do que homem, tem baixa escolaridade (curso primário), tem 50 anos ou mais e mora no interior ou nas periferias urbanas.”(CRESPO, 2008)

Ainda em relação à sua conclusão da pesquisa, Crespo (2008, p. 67), ressalta que

Apesar das diferenças quanto à sensibilidade, informação e disposição para se envolver nas soluções dos problemas ambientais identificados, um dado foi constante nas pesquisas e preocupa: predomina a visão “natural” e “edênica” do meio ambiente. Independentemente de classe social, escolaridade, da cor, do sexo e da religião, os brasileiros consideram o meio ambiente como sinônimo de fauna e flora. Quando pensam em “meio ambiente”, deixam de fora deste imaginário qualquer coisa que se relacione aos seres humanos e às suas criações. Outro dado que confirma essa visão é o fato de que, ao serem perguntados sobre o tipo de organização ambientalista que gostariam de participar, a maioria escolheu as organizações de proteção a animais e plantas. Temas tais como

saneamento das áreas pobres da cidade, lixo, não tem o mesmo apelo junto à população. (CRESPO, 2008, p. 67).

Nota-se, a partir desta pesquisa, que a sociedade tem uma visão sacralizada da natureza, que não a relaciona com sua experiência sensível, no caso dos grandes centros urbanos; a natureza não é pensada como ecossistema urbano, constituído pela intensa relação do homem com as diversas manifestações da natureza que interagem com o mesmo durante a rotina corrida nos centros urbanos, muito pelo contrário. A natureza passa a ser vista distante, em hotéis fazendas e cachoeiras distantes da sua realidade vigente.

Isso tem implicações graves e se distancia da visão almejada da relação homem natureza ansiada pelo movimento ambiental.

Desse modo, ao invés de a questão ambiental causar grande impacto no hábito e nas atitudes coletivas na rotina urbana, fruto de uma mudança ideológica, o ambientalismo que está sendo cunhado na identidade da população brasileira é superficial e difuso, estando na consciência coletiva de forma pulverizada, gerando pequenas iniciativas individuais de pouco impactos e, até mesmo, iniciativas meramente discursivas.

Essa identidade ambiental brasileira, cunhada, sobretudo, por meio do principal meio de informação da sociedade brasileira, a televisão, sobrepõe a perspectiva mercadológica, advinda do *marketing* ecológico de grandes indústrias às demais formas de esclarecimento da questão. Isso torna a identidade ambiental da população brasileira totalmente a mercê das necessidades mercadológicas advindas deste novo nicho do mercado: a venda de produtos verdes.

Ainda amparado pela mesma pesquisa, Crespo (2008) aponta a crescente atenção com o produto: 31% dos entrevistados, afirma evitar produtos que venham em embalagens de isopor ou plástico; 81% declararam que se sentem mais motivados em comprar um produto quando leem que este foi produzido de maneira correta, do ponto de vista ambiental, e 73% se o produto é orgânico. Mais da metade da população brasileira não sabe o que é um alimento transgênico, mas, ainda sim, 70% deles consideram que trazem riscos à saúde e que seria melhor não consumi-los.

Essa parte da pesquisa evidencia a competência do *marketing* ecológico e da informação passada pela televisão. Uma visão crítica questiona qual o rumo que tal ação acarreta no imaginário social.

Sem dúvida, a entrada das indústrias na perspectiva ambiental é um nicho de mercado ainda a ser explorado por empresários e industriais e seu desfecho pode ter a capacidade de delinear uma nova relação do homem com a natureza. Cabe, portanto, a este capítulo, entender como está sendo construída essa abordagem do setor industrial e mercadológico com esta emergência da preocupação ambiental, por meio do ponto de vista da Gestão Ambiental dentro do planejamento empresarial.

Como qualquer outra atividade industrial e empresarial, a implementação de uma nova característica mercadológica ao processo produtivo carece de um planejamento e uma metodologia para gerir tais mudanças proporcionadas, no caso, pela emergente preocupação ambiental. A administração dessa nova área industrial é competência do que chamamos de Gestão Ambiental.

A Gestão Ambiental em uma indústria tem o papel de racionalizar o uso dos recursos, sendo eles renováveis ou não. Para isso, segundo Layrargues (1998), a gestão ambiental deve ser dotada de uma visão sistêmica, global e abrangente, visualizando as relações de causa e efeito, com suas inter-relações entre recursos captados e valores obtidos.

Segundo Layrargues (1998, p.23), é

Através deste processo sistêmico torna-se possível a visão horizontal da organização, permitindo a visualização do cliente, do fluxo de atividades da cadeia produtiva, de como são processadas as etapas da produção e o relacionamento interno entre cliente-fornecedor, pelos quais são produzidos os produtos ou serviços. Com este enfoque sistêmico, voltado para a gestão macroscópica da organização, determina-se o ponto de partida para um modelo de gestão ambiental. (...) A partir deste enfoque a organização poderá definir o provável cenário de longo prazo, possibilitando traçar os objetivos e estratégias a serem adotadas para alcançá-los. (LAYRARGUES, 1998, p.23).

A visão sistêmica, proposta à Gestão Ambiental, leva, portanto, em consideração o relacionamento de uma série de fatores com o planejamento empresarial para, então, aderir ou não a determinada prática ambiental, segundo a lógica industrial. Tigre (1992, p. 101) afirma que, em relação às indústrias que assumem algum procedimento ambiental, existem duas atitudes empresariais:

Uma que não assume como princípio, e, portanto implementa apenas medidas corretivas, por meio de tratamento da contaminação, concentrando-a em áreas específicas através de sistemas de filtros

em chaminés por exemplo (tecnologia *end-of-pipe*). E a outra vertente, que implementa o processo de gerar um produto produzindo o mínimo de resíduos, por meio de uma ampla modificação na matriz tecnológica (*clean technology*), que realmente caracteriza produção limpa. (TIGRE, 1992, p.101).

O investimento na adequação do processo produtivo à questão ambiental apresenta resultados mais rentáveis, para o empresariado, do que se manter à margem da nova realidade econômica e social imposta pela emergência do paradigma ambiental, o que representa não sofrer perdas econômicas e adequar-se à nova lógica de mercado e à legislação vigente.

A 3M, indústria voltada para inovações tecnológicas, em 1993, num esforço de redução de perdas, converteu US\$ 199 milhões de libras de papel, plásticos, solventes, metais, em outros produtos. Já a IBM, voltada para a criação de *softwares*, conseguiu em 1995, economizar US\$ 15,1 em energia elétrica com a adoção de novos procedimentos ambientalmente corretos (LAYRARGUES, 1998)

Segundo o setor industrial, as mudanças ocorridas no ambiente das empresas nas últimas décadas, têm demonstrado a sua preocupação com o meio ecológico onde estão inseridas, deixando de estarem presas somente aos aspectos econômicos. As empresas se encontram em crescente atenção e envolvimento com as questões político-sociais, tais como: proteção ao consumidor, controle da poluição, segurança e qualidade dos produtos, assistência médica e social, dentre outras (TIGRE, 1992).

Tigre (1992) enfatiza a empresa como a questão central do meio ambiente na contemporaneidade. Tudo que a empresa

fizer, em termos de negócio, será refletido naquilo que acreditamos e valorizamos. Ou seja, a empresa é a mais poderosa arma para estabelecer novos rumos à humanidade.

A expectativa da sociedade está voltada à melhoria das condições de vida. Neste enfoque, as pressões sociais sobre as empresas estão cada vez mais fortes, de tal forma a modificar o comportamento delas, sob pena de sua extinção. Nesse ambiente, a conscientização social tem se consolidado cada vez mais no interior das organizações.

Maimon (1996, p.60), ao discorrer sobre as melhorias das condições de vidas ansiadas pela sociedade, destaca que:

Logicamente as preferências terão uma variação entre regiões, crenças, classes sócias, culturas e ideologias. Além destes, cabe destacar os conflitos de interesses entre o setor público, o setor privado, a sociedade civil e militar e, as organizações não governamentais. (MAIMON, 1996, p.60).

Portanto, a questão ambiental, na perspectiva industrial é totalmente vinculada à competitividade e esta, por sua vez, totalmente dependente do mercado consumidor. Por isso, a Gestão Ambiental se torna tão importante para o setor industrial, já que deve estar totalmente atenta às necessidades do mercado consumidor que balizam a forma de atuar das indústrias.

E nos dias de hoje, para que as organizações possam sobreviver e crescer, é necessário que estejam embasadas e voltadas ao “desempenho sustentável”. Assim como o desempenho pela qualidade das organizações se tornou lema na década de 1980 e 1990, o desempenho sustentável irá se tornar lema para esta década. (LAYRARGUES, 1998).

Dentro da própria estrutura das organizações em funcionamento, o desempenho sustentável representará o requisito incontestável para a continuidade de suas operações. Será necessário que as empresas estejam voltadas para a preservação do meio ambiente. Segundo Layrargues (1998, p.57)

Para ser sustentável, o desenvolvimento precisa levar em consideração fatores sociais, ecológicos, assim como econômicos: as bases dos recursos vivos e não vivos; as vantagens e desvantagens das ações; alternativas a longo e curto prazo. (LAYRARGUES, 1998, p. 57).

Para o autor, cada vez mais as empresas direcionam os seus negócios de forma mais sensível com relação ao meio ambiente. Várias são as formas de fortalecer as organizações frente à problemática ambiental tornando-as mais competitivas. Nessa perspectiva, as organizações podem agir de forma pró-ativa, reduzindo a quantidade de material usado nos produtos e serviços, reduzindo o consumo e o custo de energia, criando novos produtos e serviços para novas oportunidades de mercado, reduzindo os riscos de grandes desastres ambientais, aplicando e adquirindo tecnologias novas e, de forma geral, melhorando a imagem pública da indústria.

Como forma de prolongar a vida das empresas perante este novo paradigma ambiental, que se abre não só perante a epistemologia do pensamento ambiental, faz-se necessário, pela ótica do empresariado, analisar os pontos fortes e os riscos deste novo ambiente operacional. A disponibilidade de fundos para investimentos de cunho ecológico, a consciência ecológica da alta administração, a flexibilidade de

administradores e funcionários, o apoio à comunidade às melhorias ecológicas, bem como a importância dos serviços e produtos da empresa para a proteção ambiental e justiça social, são pontos fortes que uma organização, nos tempos de hoje necessita. A empresa que não observar devidamente a legislação ambiental, a atividade dos concorrentes, a consciência dos clientes, assim como o desenvolvimento científico e tecnológico, está fadada à decadência (BARATA, 2001).

Para tanto, as empresas precisam estar atentas os seus resultados, de forma a fazer um planejamento de curto e longo prazo, levando em conta todos os aspectos referentes às questões ecológicas.

## **Considerações Finais**

A Emergência do setor industrial como membro legítimo do movimento ambiental amplia sua área de influência na construção e transformação do espaço mundial nas esferas econômica, política e ambiental.

Entretanto é necessário atentar para quais serão essas transformações. É bem verdade que o objetivo central do setor empresarial é a obtenção de lucro, mas se deve atentar à nova bandeira que é erguida.

A bandeira do meio ambiente carrega um enorme simbolismo e seu conceito é complexo e amplo. Ao fazer parte do movimento ambiental, o setor empresarial traz para si, uma enorme responsabilidade, pois ao se apresentar como simpático à causa, o empresariado deve primeiro reconhecer seu quinhão na degradação do meio ambiente.

Tal reconhecimento acarreta urgentes transformações na gestão empresarial. A incorporação da gestão ambiental dentro de

sua gestão é resultado desse reconhecimento e pode ser considerado um primeiro passo dessa transformação. As práticas ambientais dentro da lógica produtiva se apresentam como boas alternativas tanto para a economia como para o enquadramento legal das atividades exercidas nos diversos processos produtivos.

A aceitação da população vem sendo favorável a essas práticas, entretanto, o setor empresarial tem muito caminho para trilhar se de fato quiser ser visto com bons olhos pelo restante do movimento ambiental, sobretudo, na melhor assimilação do conceito de meio ambiente no que tange à incorporação da questão socioeconômica dentro da lógica produtiva e na melhoria de suas práticas ambientais de preservação e/ou conservação dos recursos naturais.

Apesar de ser um momento crucial para a epistemologia humana em relação aos ganhos ambientais e sociais propiciados com a incorporação da questão ambiental na relação homem/natureza, a assimilação destas questões está sendo feita apenas por e para um setor da sociedade; o setor empresarial que, embora já esteja incorporando práticas ambientais em seu processo produtivo, vemos que essas ações ainda não são suficientes para mitigar todas as perdas ambientais provenientes da produção industrial. São práticas que acabam sendo bem rentáveis para as indústrias, tanto na economia pela troca de maquinário e no enquadramento à legislação no caso de possíveis punições legais, como também no ganho mercadológico em relação à imagem da empresa frente aos consumidores.

Portanto, deve-se, com urgência, delegar aos outros setores da sociedade o fortalecimento de seus discursos; a assimilação da questão ambiental a seus interesses; e

acrescentarem, à discussão epistemológica, seus diferentes pontos de vista. Feito isso, o debate epistemológico ganha em qualidade, pois passa a englobar todos os setores da sociedade fortificando a visão da humanidade a respeito da natureza.

Tendo em vista as práticas ambientais adotadas pela gestão ambiental do setor industrial, que não são suficientes para suprir a demanda da natureza no que tange à preservação dos processos ambientais necessários para a manutenção dos ecossistemas frente à degradação acarretada pela industrialização, é de suma importância que os outros setores se mobilizem para demonstrarem suas preocupações e vontades, para que a consciência ambiental já praticada pelo setor industrial, não se estagne e delimite sozinha a maneira que a humanidade modifica e enxerga a natureza.

Por fim vale salientar que a emergência deste novo grupo social dentro do movimento ambiental é de extrema importância para o debate ambiental, pois o enriquece e o torna dinâmico ao ouvir mais atores envolvidos no processo de construção do espaço geográfico e um dos mais importantes no processo de degradação ambiental.

Embora ainda tímida, e por hora interna, a participação do setor empresarial dentro do movimento ambiental, por meio do discurso e pela adoção de práticas ambientais, tem grande potencial para se tornar um grande aliado do desenvolvimento sustentável por meio de uma reflexão conceitual dos padrões de consumo e da objetividade de seus objetivos.

Vale dizer que as indústrias estão fazendo a parte delas; elas assimilaram o debate ambiental de acordo com seus interesses e ao seu benefício, respeitam o arcabouço legal vigente e as necessidades do

mercado consumidor. Conseqüentemente, estão construindo sozinhas a maneira que a humanidade enxergará o espaço geográfico. É neste sentido que se encontra a principal motivação deste trabalho; o de esclarecimento da incorporação da questão ambiental somente pelo setor industrial na construção da identidade humana e de sua visão do mundo.

Que esta construção possa ouvir os vários saberes e se torne cada vez mais aliada da proteção do meio ambiente. Pois assim, a discussão alcançaria todo o potencial propiciado pela emergência da questão ambiental no paradigma humano e seus desdobramentos seriam os melhores possíveis para este momento histórico.

## Referências

BARATA, M. M. L. **Aplicação de uma estrutura contábil para apropriação de custos ambientais e avaliação da sua influência no desempenho econômico das empresas**. 2001. [S.I.], Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2001.

CRESPON, S. Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 4 ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2008. p.59-73.

LAYRARGUES, P. P. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução: Sandra Valenzuela. Revisão técnica: Paulo Freire Vieira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista - utópico para a política mundial. In: VIOLA, E. J.; LEIS, H. R.; SCHERER-WARREN, I.; GUIVANT, J. S.; VIEIRA, P. F.; KRISCHKE, P. J. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. p.17.

MAIMON, D. **Empresas e meio ambiente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidade ambiental das empresas: Realidade ou discurso?** São Paulo: Cortez, 1996.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3. ed., Florianópolis: UFSC, 2008.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. **Desenvolvimento sustentável: A institucionalização de um conceito**. Brasília: Ibama, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; SADER, E. S. (Org.). **O desafio ambiental**. 2. ed., Rio de Janeiro: Record, 2011. 178 p.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 34, p. 59-101, 1991.

TIGRE, P. B. **Tecnologia e meio ambiente**: oportunidades para as indústrias. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.